

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1001515-14.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Responsabilidade Civil
Requerente:	Willian Donizeti Calabrese
Requerido:	Debora Leopoldo Ferraz

WILLIAN DONIZETI CALABRESE ajuizou ação contra **DEBORA LEOPOLDO FERRAZ**, pedindo a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais que lhe foram causados. Alegou, para tanto, que a ré proferiu diversas ofensas contra si na rede social *Facebook*, o que gerou grande repercussão, causando, então, um profundo dano a sua reputação e imagem perante terceiros. Além disso, a ré telefonou por diversas vezes em seu local de trabalho visando a sua localização, fato que motivou a sua dispensa.

Citada, a ré apresentou defesa, aduzindo que utilizou a rede social apenas para localizar o autor, pois este havia informado um endereço incerto no boletim de ocorrência, bem como que sua publicação não ofendeu nenhum dos direitos extrapatrimoniais do autor.

Manifestou-se o autor, insistindo nos termos iniciais e impugnando o pedido de gratuidade processual formulado pela ré.

Após determinação deste juízo, a ré juntou aos autos cópia da sua declaração de imposto de renda.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ré é professora do ensino fundamental, não percebe rendimentos elevados (no mês de abril deste ano recebeu a quantia líquida de R\$ 1.168,41 – fl. 76) e possui apenas um automóvel, adquirido por intermédio de financiamento bancário. Tais fatos, por si só, já indicam que ela faz *jus* ao benefício da gratuidade processual. Rejeito a impugnação formulada pelo autor.

O dano moral é caracterizado como aquele que "*lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade)*", violando, por exemplo, sua

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente" (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55).

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo'" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

No caso *sub judice*, constata-se que a publicação promovida pela ré em sua página na rede social denominada *Facebook* não produziu nenhuma ofensa aos direitos extrapatrimoniais do autor. Com efeito, tal ferramenta eletrônica foi utilizada pela ré apenas no intuito de localizar o autor, haja vista que ele não havia sido encontrado no endereço informado aos Policiais Militares no momento da elaboração do boletim de ocorrência (fl. 46).

O simples fato de constar na publicação que o autor "sumiu" e que ela estava "a procura dele" denota mais um desabafo da ré com a situação vivenciada e uma tentativa desesperada de encontrar o suposto causador dos danos em seu veículo, longe de possuir a conotação ofensiva que o autor acredita ter.

Ademais, é inviável acreditar que o autor foi demitido pelo simples fato de supostas ligações telefônicas promovidas pela ré, inexistindo qualquer indício de credibilidade para tal alegação. Aliás, o autor tinha conhecimento de que a ré estava tentando localizá-lo através de sua empregadora (fl. 59), concluindo-se, então, que ele optou por permanecer em silêncio, sem procurar minimizar os problemas causados pela mudança de endereço.

De todo modo, o próprio autor afirmou que somente foi possível sua citação naquele outro processo após ter tomado conhecimento da postagem da autora, procurado um advogado e informado seu novo endereço naqueles autos (fl. 59). Assim, tem-se que o objetivo visado pela autora com a publicação do texto em sua página eletrônica foi concretizado, tanto que, posteriormente, a publicação foi excluída (fl. 03).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A execução destas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA